

Narrativa Jornalística e Reconstrução do Cosmos¹

Dimas A. Künsch²
Faculdade Cásper Líbero

Resumo

O artigo discute alguns dos significados que a narrativa pode assumir no campo da informação jornalística, entendida, essa narrativa, como o esforço de aprofundamento da informação em diferentes tempos e espaços, incluídos os tempos e espaços humanos, a articulação de vozes e sentidos múltiplos e as estratégias para se construir um texto racional e emocionalmente, objetiva e subjetivamente consistente. Plural e aberto, o jornalismo narrativo não pretende se impor como a verdade última no amplo universo do jornalismo. Indo de encontro à racionalização e ao reducionismo, porém, defende com força a idéia de que a narrativa ajuda a instaurar o cosmos em meio ao caos em que se transformou tantas vezes a vida das pessoas e do mundo, incluindo aí a instauração do cosmos possível em meio à hipertrofia da informação na contemporaneidade.

Palavras-chave: Narrativa jornalística; Pensamento complexo; Reportagem.

Trajectoria do jornalismo

Herdeiro por profissão e identidade das inquietudes e promessas do presente imediato, o jornalismo, que cuida de vários modos e em vários veículos e formatos da informação de atualidade, apresenta-se como filho legítimo do pensamento moderno. É filho, portanto, do modelo de pensamento que, desde o seu nascimento, alçou a razão e a lógica à categoria de instrumentos essenciais, ou mesmo únicos, na produção de conhecimento. Quando se tomam para análise os processos econômicos e políticos que lhe serviram de berço, "não é acidental que o jornalismo tenha emergido historicamente na esteira dos acontecimentos que preparam e tornam realidade a transformação das sociedades européias", com a passagem da monarquia para o Estado moderno, do feudalismo para o mercantilismo, a revolução industrial, o capitalismo. A informação, nesse trajeto, assume o caráter de "um bem social, um indicador econômico, um instrumento político" (Melo, 1994:17). No século XIX, nos Estados Unidos, configura-se a hegemonia do jornalismo informativo, "quando a imprensa norte-americana acelera

¹ Trabalho apresentado ao Seminário de Temas Livres em Comunicação do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM 2006 (Brasília, 6 a 9 de setembro de 2006).

² Doutor em Ciências da Comunicação pela USP, professor de graduação e pós-graduação na Faculdade Cásper Líbero e pesquisador. É autor, entre outros, de *Maus pensamentos: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística* (São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2000). E-mail: dimas.kunsch@terra.com.br

seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial e convertendo a informação de atualidade em mercadoria”. O jornalismo de tribuna, da Europa do século anterior, ativo participante da política e influente na vida pública, “transforma-se em negócio, em empreendimento rentável. O rádio e a televisão já nascem e se firmam nesse contexto mercantil” (Melo, 1994:23).

Participante mais ou menos digno da tradição do pensamento moderno, e dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos que marcaram a história ocidental e mundial nos últimos quatro a cinco séculos, o jornalismo, ao se definir e disciplinar como campo do conhecimento, cuida de registrar em livros e manuais de consulta as ferramentas, regras e técnicas de abordagem e reprodução simbólica dos fatos, acontecimentos e situações da atualidade. Padronizam-se os procedimentos na indústria da produção da notícia, estabelecem-se rotinas operacionais, definem-se linhas editoriais. O jornalismo espelha-se na ciência. É “signatário do cartesianismo”, resume Christofolletti. Seu nascimento e desenvolvimento se dão “no rastro do capitalismo”. O jornalismo cresce “alimentado pela forma de vida das sociedades industriais” e fortalece-se “com a organização positivista dos saberes”, alcançando o amadurecimento “com a implementação de uma racionalidade moderna” (Christofolletti, 2004:109).

Em mais de um sentido nesse trajeto, a racionalização de que fala Morin (1984, 2000, 2001) conquista um terreno importante no jornalismo, para o qual a raiz cartesiana “não é um fardo, é um traço constitutivo de sua natureza” (Christofolletti, 2004:109). A objetividade e a imparcialidade se fazem sinônimos de bom e autêntico jornalismo. O texto jornalístico de tipo noticioso, servido em forma de lides e pirâmides de diversos calibres, ganha status de reprodução fiel do acontecimento, sempre, como adiantado, com o olhar fixamente voltado para a esfera da ciência empírica. Descartes, Bacon, Galileu e Newton, os pais da ciência moderna, são também de alguma forma pais legítimos do jornalismo. Apolíneo, o jornalismo com letras maiúsculas faz do conceito – da racionalização do real – a sua maior virtude. A informação vira produto que se compra e se vende (Medina, 1988).

Assim, avançando nesse tipo de raciocínio, é lícito afirmar que a crise do que Morin chama de “o grande paradigma do Ocidente”, iniciada no século XX, é também uma crise do jornalismo. Aliás, uma primeira onda de forte questionamento do jornalismo tem lugar nos Estados Unidos, a pátria do jornalismo noticioso, a partir da segunda década do século passado. A sensação do consumidor de notícia é de que, imaginando estar informado sobre tudo, vê-se, no fundo, desinformado, como mostram

Leandro e Medina (1973). Lima (2004), dando seqüência à investigação desses dois autores, percorre os passos desse caminho do jornalismo noticioso à procura de aprofundamento e ampliação da informação. Nasceram, no século XX, em diferentes etapas, o jornalismo interpretativo, a revista semanal de informação, a reportagem, a grande-reportagem e o livro-reportagem. A narrativa revela a sua graça. Nas “páginas ampliadas” de que fala Lima, referindo-se à reportagem e a suas extensões, o objetivismo racionalista dos primeiros tempos cede a vez a uma abordagem menos plana dos acontecimentos, mais plural e humana, racional e também emocional. A notícia curta e rápida sofre uma derrota em espaços em que a reportagem se faz artífice da narrativa densa e profunda. *New Journalism*, nos Estados Unidos, e revista *Realidade*, no Brasil, podem ser citados como momentos especiais nessa trajetória (Lima, 2004; Faro, 1999).

Como se sabe, é bom porém não imaginar que os modos tradicionais como a maior parte das vezes se pauta, apura e edita o material informativo tenham dado lugar, na grande indústria jornalística – aqui considerados, inclusive, os novos modelos de rádio-, tele- e webjornalismo –, à consciência ampla da necessidade de mudança. Continuando a ser montada sob noções tradicionais de certo e errado, causa e efeito, sujeito e objeto, bem e mal, desenvolvido e atrasado, e outros pares da linguagem moderna das bipolaridades, a informação de atualidade, muito de acordo com o velho esquema, continua a operar o "enquadramento esquemático do real", confundindo o mapa que é com o território a que simbolicamente se refere (cf. Medina, 1998:18). Em alta no jornalismo, a "estilística de tribuna editorializada", "opinática", ou o puro e simples "jornalismo declaratório", resistem brava e paradigmaticamente ao convite a um "mergulho nas águas turvas" dos sentidos polifônicos e polissêmicos, das histórias humanas, das incertezas, da verdade pressentida como desafio. No jornalismo de recorte explicativo ganham destaque as fontes consagradas do poder e os saberes de terno e gravata, o saber racional à frente (cf. Medina, 1998).

A intenção, neste artigo, é perseguir alguns sentidos que a narrativa pode assumir no campo do jornalismo, a partir de uma reflexão de caráter mais geral sobre a mesma. A narrativa jornalística é entendida aqui como o esforço de aprofundamento da informação em diferentes tempos e espaços, incluídos os tempos e espaços humanos, a articulação de diferentes vozes, o jogo dos diferentes sentidos, as estratégias várias para a construção de um texto jornalístico que, racionalmente consistente, negocia com os conflitos e as incertezas. Sem se deixar substituir pela narrativa ficcional, a boa

narrativa jornalística conversa com a literatura e a arte, o mito, o símbolo, a metáfora, esses reservatórios inesgotáveis de estímulos para um pensamento que se promove no diálogo dos diferentes, no cultivo do pluralismo. Perfis, histórias de vida, cenas e personagens, a linguagem criativa e outros atributos dessa proposta de jornalismo não abdicam do rigor da pesquisa, da apuração e da verificação dos dados. De resto, como é bom que se diga, o jornalismo narrativo, porque plural e aberto, não se propõe como a verdade última na área da mediação social da informação. Indo de encontro à racionalização, ao reducionismo e aos tratamentos superficiais dos acontecimentos, admite e deseja ver preservado, no entanto, o reservatório de formas e modos diferentes de se tentar dar conta, pela via da informação e da opinião jornalística, do atendimento do direito que tem o cidadão e a sociedade de saberem o que acontece ao seu redor e no mundo. Para uma visão menos rápida e profunda dessa discussão, o autor gostaria de indicar outros textos que produziu (Künsch, 2001, 2002, 2004 e 2005).

Narrar é humano

"Uma das respostas humanas diante ao caos", a narrativa acrescenta sentidos mais sutis à produção jornalística, ou à "arte de tecer o presente", na expressão de Medina. O caos se faz cosmos por meio da inteligência humana capaz de produzir sentidos e de narrar os acontecimentos, a vida, o mundo. "O que se diz da realidade constitui uma outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa –, o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida", reflete a autora, para concluir: "Mais do que talento de alguns, poder narrar é uma realidade vital" (Medina, 2003:47-48).

"A narração é um gênero onipresente em nossas vidas", reforça Mungioli, especulando sobre a ampliação do interesse pelo estudo da narrativa, nas últimas décadas, em domínios que ultrapassam os limites tradicionais do campo de estudo dos gêneros literários, como a Psicologia, Neurologia, Lingüística, Comunicação e outros. Os pesquisadores "procuram, no estudo da narrativa, elementos que os levem a entender e a desvendar os mecanismos intrínsecos ao pensamento humano", dedicando-se, para isso, "ao estudo sistemático de narrativas, tanto escritas quanto orais, produzidas por crianças, jovens ou adultos". A autora conclui que a perspectiva aberta pelos trabalhos de pesquisa na área "coloca os estudos sobre narrativa na ordem do dia e ressignificam seu valor social" (Mungioli, 2002:55-56).

A narrativa, ainda segundo Mungioli, constitui "uma habilidade inerente ao ser humano" e, para alguns estudiosos, "configura-se como o próprio fator de humanização de nossa espécie". "Desde as rudimentares pinturas nas cavernas até os nossos dias", ela sublinha, "o ser humano tem encontrado no gênero narrativo não só uma forma de demonstrar e interpretar suas relações com o mundo e com as pessoas que o cercam, como também de ser compreendido e interpretado" (Mungioli, 2002:49). Medina, por sua vez, traz a discussão para o território onde o jornalista, mediador e autor, se defronta com situações e desafios que compõem o caos na atualidade: "A produção simbólica oxigena os impasses do caos, da entropia, das desesperanças, e sonha com um cosmos dinâmico, emancipatório" (Medina, 2003:48).

Não existem, no entanto, fórmulas mágicas ou absolutamente competentes para o exercício da atividade narrativa por parte do jornalista, pouco ajudando, para tanto, os manuais de redação e estilo. Como pautar o que se passa à sua volta? E como, uma vez feito isso, e tendo dado conta de alguma maneira da desafiadora tarefa da apuração, ousar transformar em mapa – ou matéria jornalística – o território humano do acontecimento? Ou ainda, com outras palavras, para não perder a linha do raciocínio aqui desenvolvido, como costurar em cosmos narrativo o caos da fragmentação de sentidos dispersos?

Medina concentra a atenção nas insatisfações que resultam do apego, muito comum, do jornalista às rotinas técnicas, associado à incompreensão de seu papel de construtor das narrativas da atualidade. "Da comunicação sindical à grande imprensa, dos veículos comunitários às potentes redes de informação", ela afirma, "a narrativa que por aí passa freqüentemente deixa os consumidores, fruidores ou parceiros do caos contemporâneo frustrados com o universo simbólico tal qual o organizam as coberturas jornalísticas" (Medina, 2003:48). Ainda segundo a mesma autora, a emoção solidária, a criação estética e a razão luminosa – não racionalista – rompem com a "razão técnico-burocrática, movida pelas gramáticas estratificadas". A plenitude da comunicação "acontece na tríplice tessitura ética, técnica e estética", o que só se torna viável, sob o ponto de vista teórico e prático, com a rejeição ao pensamento reducionista (da racionalização do acontecimento), à aridez emocional e às fórmulas técnicas consagradas do hábito e da rotina (Medina, 2003:49-50).

A narrativa jornalística faz-se possível e se constrói, pode-se afirmar, na esfera do pensamento dito complexo, apto a tecer e entretecer o texto e o seu contexto, o singular e o plural, o uno e o múltiplo, o *sapiens*, o *demens*, o *ludens*, como o *faber*, o

prosaicus, o *poeticus* e outras características, às vezes antagônicas e complementares, do ser humano, que o pensamento moderno ocidental definiu unilateralmente pela racionalidade. A noção de complexidade, que é associada prioritariamente à produção teórica do pensador francês Edgar Morin, repele a idéia de uma razão mecanicista e determinista, racionalizadora:

A racionalidade deve reconhecer a parte de afeto, de amor e de arrependimento. A verdadeira racionalidade conhece os limites da lógica, do determinismo e do mecanicismo; sabe que a mente humana não poderia ser onisciente, que a realidade comporta mistério. Negocia com a irracionalidade, o obscuro, o irracionalizável. É não só crítica, mas autocrítica. Reconhece-se a verdadeira racionalidade pela capacidade de identificar suas insuficiências (Morin, 2000:23).

Na visão do autor, o pensamento complexo, não se deixando atrelar a certezas e fazendo da construção do conhecimento uma tarefa que vai além de gostos e competências individuais, instaura a possibilidade de uma ética da compreensão, intersubjetiva, como “arte de viver que nos demanda, em primeiro lugar, compreender de modo desinteressado”, evitando-se “a condenação peremptória, irremediável”, no “caminho da humanização das relações humanas” (Morin, 2000:99-100). Aplicada à narrativa jornalística, a compreensão de que fala Morin pode ser entendida como o exercício da competência de fertilizar o afeto com o rigor que uma razão séria propõe e exige; de não aplicar às situações e acontecimentos do presente imediato o rolo-compressor da lógica cartesiana; de não fechar os olhos para as inumeráveis possibilidades narrativas, os ângulos mais diversos, as vozes e os sentidos múltiplos que o real sugere e oferece; de não cerrar as portas à negociação dos conflitos nem à contemplação do encanto e do mistério. Resumindo: a narrativa jornalística nasce, pois, de um comportamento e de uma visão de mundo complexos e compreensivos. Em outro texto tratando desse assunto, registro metaforicamente que “a vida e o mundo não se cansam de mostrar que não cabem em, nem suportam, uma pirâmide invertida”:

Inútil arrochar o cinto do presente imediato para tentar fazê-lo entrar, aos tapas e empurrões, na cela-forte do pensamento monocausal, redutor, determinista, e das técnicas e vícios que desse pensamento emergem e nele se sustentam. Pessoas, fatos e situações não se deixam reproduzir simbolicamente nos estreitos limites da certeza com que pretende se revestir um conceito (Künsch, 2000:17).

Medina convida o repórter, “mediador social dos discursos da atualidade”, a se exercitar nas artes da dialogia, deslocando-se “da passividade das técnicas adquiridas para a ação complexa, solidária e inovadora no ato de relação com o outro e com o mundo”. Há, como ela lembra, um sem-número de histórias do presente reclamando do

jornalista que ele as conte, como lhe cabe, como autor capaz de transformar "esse caos indecifrável em um cosmos narrativo que expresse a sinestesia da aventura humana" (Medina, 2003:51 e 118). E a aventura humana da razão e da não-razão, do objetivo e do subjetivo, do consciente e do inconsciente, integra também os mitos, fantasias e poética que "vêm e voltam nos tempos históricos", como afirma a autora, expressando-se "nos tons, gestos, cheiros, sons e paladares de cada cultura" (Medina, 2003:58). As "linguagens que transcendem a realidade palpável" não podem ser desqualificadas. "A arte, a religiosidade, o mito, ao contrário de representarem *a negação do real concreto*, expressam uma comunhão profunda e universalizante com a realidade simbólica do humano" (Medina, 2003:77).³ Aberta e dialógica – mais uma vez –, a narrativa jornalística irrigada tanto pelo afeto quanto pelo argumento, pela razão como pela emoção, estabelece um tempo-espaço onde "o caos funda um cosmos (Medina, 2003:135).

Pode ser útil relembrar nesse contexto que o grego antigo, como observa Chauí, reserva dois termos para se referir à linguagem – *mythos* e *logos* –, dando também origem a dois modos distintos de pensamento: o mítico e o lógico. O mito é, com todo direito, em seu sentido original grego, uma narrativa, explica Chauí. A narrativa mítica é uma das respostas possíveis ao desejo humano de se arranjar com o caos. A tradição filosófica iluminista, a filosofia da história de Hegel e o positivismo de Comte, nos séculos XVIII e XIX, com seu forte apelo à razão e à sua mais vigorosa expressão moderna, a filosofia e, sobretudo, a ciência, transformaram o pensamento mítico em artigo de segunda, ou de terceira, fazendo crer que o mito "pertenceria a culturas 'inferiores', 'primitivas' ou 'atrasadas', enquanto o pensamento lógico ou racional pertenceria a culturas 'superiores', 'civilizadas' e 'adiantadas'" (Chauí, 2003:164).⁴

Editar e amarrar

Um modo diferenciado de significar, no jornalismo, a dinâmica caos e cosmos, é apresentado por Serva, em *Jornalismo e desinformação*, onde o acento recai sobre a

³ "Há, nesses enredos do caos da história, gritos e sussurros, violências e farras, sobrevivências e tragédias da exclusão que não cabem numa razão quadriculada pelo rigor do método. É preciso abrir os poros da sensibilidade para que os impulsos afetuosos da não-razão abalem a razão arrogante" (Medina, 2003:131).

⁴ A autora continua: "Essa separação temporal e evolutiva de duas modalidades de pensamento fazia com que se julgasse a presença, em nossas sociedades, de explicações míticas (isto é, as religiões, a literatura, as artes) como uma espécie de 'resíduo' ou 'resto' de uma fase passada da evolução da humanidade, destinada a desaparecer com a plena evolução da racionalidade científica e filosófica. Hoje, porém, sabe-se que a concepção evolutiva está equivocada e que o pensamento conceitual e o pensamento mítico podem coexistir numa mesma sociedade" (Chauí, 2003:164).

edição do material informativo. O autor lembra que o jornalismo, tendo como “matéria-prima o fato novo, desconhecido”, não raro é “incompreensível, caótico”. O que surpreende e às vezes não faz sentido precisa ser colocado em ordem, interpretado, explicado para o receptor – ou editado. Ao jornalista cabe seguir em sua vocação de “destacar e noticiar o raro, o paradoxo, o imprevisível – o caos, aparente ou verdadeiro. É isto que caracteriza a notícia, sua matéria-prima” (Serva, 2001:49-50). O drama humano ancestral e muito mais amplo do caos e do cosmos, na reflexão desse autor, acaba sendo administrado, ao fim e ao cabo, na mesa do editor. A imprensa, que tira do caos a sua matéria-prima, “procura organizá-lo, ordená-lo, dispor as notícias que emergem do acaso em um plano organizado, hierarquizado, categorizado”. É assim que “o caos se harmoniza, se ‘civiliza’ nas páginas de jornal ou no noticiário do rádio, da TV, da Internet ou de qualquer meio que se preste à informação”. A edição, esclarece o autor, organiza “as informações conforme as regras do meio e do veículo específico e conforme a lógica do grupo incumbido do trabalho de editar”. E também conforme “a compreensão que ele tem dos fatos e o que ele supõe ser o interesse e a capacidade de entendimento de seu receptor” (Serva, 2001:55).

Uma edição periódica de um jornal ou revista é, portanto, nessa visão, o resultado do trabalho editorial de organizar e disciplinar o caos. “Diante do caos primordial”, qual demiurgo, a imprensa “organiza!”. Para os editores, “como para os deuses, nada é caótico, tudo faz parte de um plano inteligível, todos os fatos cabem, portanto, em um enredo pré-traçado”, raciocina Serva (2001:58), embora concedendo que a imprensa, que pretende ser “o espelho organizado e classificado do mundo”, com frequência não realize esse seu propósito, devido a falhas no sistema de produção de informações, acabando por gerar “confusões na cabeça de leitores”. E o motivo é que “a justaposição, a edição mesma da notícia, se pauta por critérios jornalísticos que não são os da história, da natureza, da razão intelectual ou de qualquer outra forma de pensar o mundo” (Serva, 2001:60-61).

Mais instigantes revelam-se as observações de Serva acerca do processo amplamente reconhecido como hipertrofia da informação na atualidade. Afogados em informações, nas ciências como nas mídias, de forma jamais anteriormente imaginada na história humana, nos sentimos como que diante de “uma gigantesca torre de Babel, que murmura linguagens discordantes” (Morin, 2001:16), tendo que responder, até por questão de sobrevivência, ao imperativo nada fácil de costurar informações fragmentadas, de transformar informações em conhecimentos:

A torre nos domina porque não podemos dominar nossos conhecimentos. T. S. Eliot dizia: “Onde está o conhecimento que perdemos na informação?” O conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas. As informações constituem parcelas dispersas de saber (Morin, 2001:16).

No infinitamente amplo, muitas vezes escuro e assustador mundo da informação de atualidade – em que hoje, com as novas tecnologias da informação e da comunicação, como diz um ditado alemão, de tanta árvore já não se consegue mais ver o bosque, *vor lauter Bäume sieht man den Wald nicht mehr* –, costurar histórias e nexos em meio ao caos é preciso, é fundamental. Tecer e entretecer. Amarrar. O diagnóstico da crítica contra a “saturação de informação” é em geral conhecido: no limite, a informação em excesso, fragmentada, desinforma, podendo gerar o que Serva chama de “desinformação funcional”. Com as informações que consomem, as pessoas não conseguem compor “uma compreensão do mundo ou dos fatos narrados”, ele diz (Serva, 2001:71). São pertinentes as suas observações sobre o fenômeno paradoxal da “desinformação-informada”, o “cipoal de notícias e meios” em que o consumidor de informações se vê hoje enredado (Serva, 2001:77-78) e, principalmente, o reducionismo do complexo ao simples, “para uma digestão mais fácil, pelo consumidor”, das informações que lhe são cotidianamente e continuamente oferecidas, sob o signo contagiante da novidade (Serva, 2001:95).

É hora de trazer um exemplo de um jornalismo que continua a optar pelo caos informativo. Correspondente de guerra entre 1992 e 1993, inclusive, na ex-Iugoslávia, durante a guerra da Bósnia, o autor sabe por experiência própria do que fala ao reclamar dos efeitos desinformativos do jornalismo – de sua incapacidade, em outros termos, de construir uma narrativa cósmica em meio ao caos informativo, e humano, de uma guerra. “No caso dos conflitos na Iugoslávia, essa redução fica clara na forma como as notícias procuram simplificar os fatos, facilitando-lhes a compreensão”, e produzindo, por isso mesmo, mais incompreensão (Serva, 2001:88). O repórter explica que o “caleidoscópio étnico, que não cabia na camisa-de-força dos modelos simplificados vendidos pelas agências de notícias e pela imprensa internacional”, era reduzido a “um conflito simples entre dois lados”. A “miríade de conflitos e microconflitos” locais, que viriam a estourar em novos e igualmente violentos conflitos no final da década de 1990 (Serva, 2001:90 e 92), era triturada no “liquidificador de fatos”, em que “tudo que é sólido deve ser desmanchado”, e onde “tudo se dá como no texto de ficção de Rubem Fonseca”, citado em epígrafe: “No dia seguinte, os jornais já não davam destaque à

morte de Marly. Tudo cansa, meu anjo, como dizia o poeta inglês. Os mortos têm que ser renovados, a imprensa é uma necrófica insaciável” (Serva, 2001:121-122).

A imprensa reducionista cria “clones dos fatos”, “fatos sem gravidez, sem história, sem memória” (Serva, 2001:135).⁵ O que não entra, “aos tapas e empurrões” (Künsch, 2000:294), na bolsa de valores da novidade, da pressa e da simplificação, é descartado. O trabalho com denominadores comuns e simplificações, no jornalismo reducionista, como alerta Serva, é muito parecido com o que faz o reducionismo nacionalista. Tome-se, como exemplo, o caso dos casamentos interétnicos, “a prova cabal de que os nacionalistas de todos os lados, que impuseram a guerra civil, não são hegemônicos, ou, mesmo, que sua ideologia não foi, antes, homogênea em todas as nacionalidades”. Homens e mulheres de diferentes etnias casam e descasam na Iugoslávia conflagrada, como “sinal de uma boa dose de harmonia interétnica”. No entanto, para os nacionalistas, “não há lugar para casamentos entre etnias diferentes ou para filhos mestiços”. Na guerra, todo mundo se vê obrigado a optar por um lado. “É para o jornalista tampouco há de fato lugar para essas histórias pouco duais: esses casos são apenas um tempero exótico para a cobertura, temas de reportagens só de tempos em tempos (Serva, 2001:99).

O jornalismo reducionista tende igualmente a vender como esquizofrênico o que não combina com as fórmulas eleitas para as coberturas. No caso da guerra, isso chega a ser sintomático. Eliminam-se “os casos ‘atípicos’, exatamente aqueles que são tão complicados quanto a vida real” (Serva, 2001:100). Princípios culturais e ideológicos arraigados, e não apenas a observação de campo, consolidam as operações de redução, afirma ainda Serva. Em *Holiday in Bosnia*, J. Bosnitch conta que, ao atravessar uma ponte no centro de Sarajevo, reconheceu as imagens de prédios destruídos do lado muçulmano da cidade. “Mas nunca tinha visto uma única foto dos prédios ainda mais destruídos do lado sérvio da ponte” (apud Serva, 2001:101-102).⁶

Mais sobre a importância da narrativa

⁵ A descontextualização e deshistorização dos fatos produzem distorções informativas: “Esse efeito é uma representação de fatos despidos de contexto, e por isso incapazes de conceder ao leitor chaves para sua compreensão: desde logo, o jornalismo nega a seus leitores a ‘árvore genealógica’, digamos, das notícias, os fatos geradores, as origens dos conflitos que retrata a cada momento” (Serva, 2001:132).

⁶ Cf. *O Eixo da Incompreensão: a guerra contra o Iraque nas revistas semanais brasileiras de informação*, tese de doutorado em que o autor analisa as lacunas humanas, técnicas e cognitivas de uma cobertura de matriz guerreira, pró ou contra a guerra, incapaz de ousar uma narrativa complexa e compreensiva de um conflito bélico hoje mundialmente reconhecido como fortemente ancorado na mentira e nos interesses geopolíticos dos Estados Unidos da América.

O historiador inglês Peter Burke, no início de sua carreira, quarenta e poucos anos atrás, fazia questão de distinguir "história" de "estória". Ele queria entender tanto o passado quanto o presente a partir da análise das "estruturas profundas" e não de "'meros' eventos 'superficiais'", deixando a narrativa "para romancistas e jornalistas". Ele, que considerava a si mesmo um "radical", mudou de opinião. "Em termos mais gerais, os historiadores da minha geração passaram a ter mais respeito pela narrativa, e não estamos sozinhos nisso", diz ele. "Entre outros grupos, os sociólogos, os antropólogos, os filósofos, os teóricos políticos, os advogados e os médicos caminham todos na mesma direção".

Motivos havia, conta Burke, para a rejeição da narrativa pelos historiadores ditos radicais: eles a associavam "a uma ênfase exagerada nos grandes feitos dos grandes homens, com uma superestima da importância dos indivíduos na história e especialmente da relevância dos líderes políticos e militares à custa dos homens e das mulheres comuns". No entanto, a narrativa está de volta, e a preocupação fundamental é exatamente com as "pessoas comuns e os modos como elas entendem sua experiência, suas vidas, seu mundo", o que deixa claro que a história é mesmo "paradoxal" (Burke, 2000:18).

A narrativa retorna "na companhia de uma crescente preocupação com pessoas comuns e os modos nos quais elas entendem sua experiência, suas vidas, seu mundo", por exemplo, no direito, dando origem, nos anos 1980, especialmente nos Estados Unidos, a um "movimento da narrativa jurídica". Há igualmente nos círculos médicos uma crescente preocupação em ouvir as histórias dos pacientes. O mesmo processo se dá na sociologia e na antropologia:

O novo interesse pelas histórias da parte de sociólogos e antropólogos está associado ao crescente respeito pela inteligência e pela experiência das pessoas por eles estudadas, que já não são tratadas como simples "objetos" de pesquisa, mas como sujeitos que compreendem a sua própria cultura e podem ensinar aos "cientistas sociais" pelo menos o mesmo tanto que deles podem aprender (Burke, 2000:18).

O mesmo se pode dizer, ainda, dos historiadores, que abandonam "a visão olímpica e distanciada dos acontecimentos", para "pensar a si próprios à maneira dos antropólogos, como os produtores de suas narrativas em parceria com as pessoas cujas histórias estão contando". O interesse principal é pelas narrativas "multivocais" ou "polifônicas", ressalta o autor, sem a intenção de "decidir a história de quem é a 'correta' (como faria um juiz) ou provar que o que tomamos como realidade é uma ilusão (como faria um filósofo)". O interesse maior é "usar as histórias para reconstruir as atitudes e

valores dos narradores, empregando um conflito de narrativas para compor uma narrativa de conflitos" (Burke, 2000:18).

A valorização da narrativa revela, portanto, um movimento que faz o cientista interessado quando desce do seu pedestal para ouvir com atenção os sujeitos cujas histórias, ao ser contadas, auxiliam na (re)construção do cosmos narrativo na história como na antropologia, no direito, na sociologia, na medicina... Idêntica importância não merece ainda a narrativa no campo do jornalismo. Em recente dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicações e Artes da USP, Casatti convoca o jornalista para um “encontro” com suas fontes, uma “viagem ao outro”, como ela diz, “percorrendo o mundo com olhos de ver e não com olhos de constatar”. Refletindo sobre as contribuições de Martin Buber para o signo da dialogia e da relação, a autora conclui que “a verdadeira matéria jornalística nasce quando um Eu encontra um Tu”. É nesse momento, ela diz, “que o processo de compreensão se dá: neste imprevisível momento chamado encontro” (Casatti, 2006: 19 e 90).

Por que as pessoas ao redor do mundo procuram contar suas histórias? Existe algo de urgente para ser confessado? É saudável divulgar nossos pensamentos e sentimentos mais profundos? Foi investigando essas questões, afirma Casatti, que o professor de Psicologia da Universidade do Texas, James W. Pennebaker, chegou a importantes conclusões sobre o poder terapêutico – cósmico, diríamos – da narrativa. As evidências sugerem que “ao transformar em linguagem as experiências de nossa vida, efeitos positivos podem ser percebidos em nossa mente e corpo”, interpreta Casatti, refletindo sobre a seguinte frase do autor estadunidense: *‘If you can get people talk or write about their problems, their health improves’* (Casatti, 2006:103).

A noção do poder cósmico-terapêutico da narrativa não é nova. Ela freqüentou desde os primórdios as concepções das artes médicas da Grécia Antiga. Na medicina hipocrática, o diagnóstico só se faz através do recurso da anamnese, que resulta do diálogo entre médico e paciente, como explica Chauí (2002:154s). A idéia é que, ao narrar a própria história, o paciente não apenas contribui eficazmente para o bom entendimento, por parte do médico, da real origem e dos reais significados de sua dor e sofrimento: ele está simultaneamente se curando, uma vez que a própria narrativa tem o poder de instaurar o cosmos lá onde dominam o desequilíbrio, a desarmonia, o caos. Conversando, a gente se entende – diz a sabedoria popular. Conversando a gente se cura – diria Hipócrates, numa sabedoria tanto mais importante em tempos como os de hoje, em que a pressa do cotidiano – na medicina inclusive – não costuma conceder ao sujeito

nem parte do tempo de que esse em geral necessita para se produzir enquanto sujeito nas palavras que pronuncia ou escreve. Pode ser útil retomar nesse ponto uma outra conclusão a que chega Casatti, em seu estudo sobre o jornalismo narrativo, quando diz:

(...) ao estabelecer um relacionamento com as pessoas que lhe contam suas histórias, o jornalista pode ocupar um espaço especialmente importante, atendendo a uma demanda ancestral que os seres humanos têm por contar suas histórias. Um espaço que, na contemporaneidade, com o enfraquecimento das instituições, parece ser cada vez mais necessário ser preenchido (Casatti, 2006:109)

Um exemplo

Seis de agosto de 1945, 8 e 15 da manhã, hora do Japão. Seis décadas atrás, o mundo ainda tinha uns bons anos pela frente antes de experimentar – como é o caso nos dias de hoje – os múltiplos significados da profusão de informações sobre todo tipo de acontecimentos do presente. E, no entanto, não pode aquele mundo ser acusado de ter escrito ou falado pouco, principalmente nos jornais da época, sobre o que aconteceu na cidade de Hiroshima nesse dia e nessa hora, inclusive porque naquele e nos momentos seguintes fato mais importante parecia não haver a interessar – e a assustar – o planeta. John Hersey, um chinês cuja família se mudou para os Estados Unidos em 1925, quando ele tinha 11 anos de idade, estava com 32 anos em 1946 quando imaginou que, passado um ano da tragédia, a história bem que podia ser narrada sob um ângulo diferente, absolutamente humano – e ele abre, então, um generoso espaço para a voz de sobreviventes, duas mulheres e quatro homens, um deles estrangeiro. Tendo aliado o rigor da informação a um texto de excelência, Hersey, que morreu em 1993 na Flórida, receberia após a morte a honra de ter produzido “a mais importante reportagem do século XX”, na avaliação de estudiosos dos Estados Unidos.

“Jornalismo com H”, escreve Matinas Suzuki Jr. no posfácio à tradução brasileira da obra, publicada em 2002 pela Companhia das Letras, a primeira da coleção *Jornalismo Literário*. Hersey “aproximou a abstração ameaçadora de uma bomba atômica à experiência cotidiana dos leitores” diz. “O horror tinha nome, idade e sexo” (em Hersey, 2002:168). *Hiroshima*, o título da reportagem agora em livro – originalmente foi publicada numa edição inteira da revista *The New Yorker* –, constitui um exemplo “do que é Jornalismo compreensivo”, interpreta Lima. “Sem julgamento explícito”, o repórter “simplesmente descreve, com elegância, propriedade, maestria e dignidade humana o que aconteceu com seis das vítimas dessa bomba” (apud Kunsch, 2004:89-90).

Hiroshima não pretende dizer a última palavra sobre a bomba atômica, se é que alguma última palavra jamais existiu sobre um assunto como esse. Mas diz algo importante, e parece tê-lo feito com bastante propriedade. No bosque infinitamente vasto de informações e contra-informações sobre a mais assassina de todas as bombas, a história simples, humana e atraente contada por Hersey merece todo respeito. É cósmica. Mesmo na dor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUBBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo, Perspectiva, 1982.

BURKE, Peter. “Desafios de uma história polifônica”. *Folha de S.Paulo*, Mais! 15 de outubro 2000, p. 18.

CASATTI, Denise. **Viagem ao outro**: um estudo sobre o encontro entre jornalistas e fontes. Dissertação de Mestrado, São Paulo: ECA-USP, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13ª edição, São Paulo : Ática, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. Vol.1, 2ª ed. Revista, ampliada e atualizada, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A medida do olhar**: objetividade e autoria. Tese de Doutorado, São Paulo: ECA-USP, 2004.

FARO, José Salvador. **Revista Realidade, 1966-1968**: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre: Editora da Ulbra/AGE, 1999.

HERSEY, John. **Hiroshima**. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

KUNSCH, Dimas A. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo : Annablume/Fapesp, 2000.

_____, Dimas A. **Marina Silva**. São Paulo : Salesiana, 2001.

_____, Dimas A. **O Eixo da Incompreensão**: a guerra contra o Iraque nas revistas semanais brasileiras de informação. Tese de doutorado, São Paulo: ECA-USP, 2004.

_____, Dimas A. “Compreendo, ergo sum: epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística”. *Communicare*, vol. 5, nº 1, 1º semestre 2005, pp. 43-54.

LEANDRO, Paulo Roberto & MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente**: jornalismo interpretativo. São Paulo: Edição dos Autores, 1973.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, SP: Manole, 2004.

MEDINA, C. de Araújo. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2ª edição, São Paulo: Summus, 1988.

_____, C. de Araújo. **Símbolos & narrativas**: rodízio 97 na cobertura jornalística. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

_____, C. de Araújo. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1984.

_____, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____, Edgar. **Os meus demônios**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1995.

_____, Edgar. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____, Edgar. **Sociologia**: a sociologia do microsocial ao macroplanetário. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1998.

_____, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª edição, São Paulo: Cortez, Brasília: Unesco, 2000.

_____, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 3ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MUNGIOLI, Maria Cristina Palma. “Apontamentos para o estudo da narrativa”. **Comunicação & Educação** 23, jan./abr. 2002, pp. 49-56.

RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura**. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. 2ª edição, São Paulo: Editora Senac, 2001.